

ÍNDICE

1. GENERALIDADES	5
2 O REGIME EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS (RERE)	11
2.1. Generalidades	11
2.2. Âmbito subjectivo de aplicação do RERE	11
2.3. Decisão sobre a aplicação do RERE	15
2.4. Tramitação das negociações	16
2.4.1. Princípios gerais	16
2.4.2. Nomeação de mediador de recuperação de empresas	17
2.4.3. Designação do credor líder e do comité de credores	20
2.4.4. Celebração e depósito do protocolo de negociação	20
2.5. Efeitos do depósito do protocolo de negociação	22
2.5.1. Efeitos sobre o devedor	22
2.5.2. Efeitos sobre os credores	24
2.5.3. Efeitos sobre outros processos	25
2.5.4. Efeitos sobre os fornecedores de serviços essenciais	26
2.6. Regime das negociações	27
2.7. Encerramento das negociações	28
2.8. Celebração e depósito de acordo de reestruturação.	30
2.9. Efeitos do acordo de reestruturação	32
2.10. Incumprimento do acordo	35
2.11. Articulação com outros processos	36
3. O PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO	39
3.1. Generalidades	39
3.2. Pressupostos do processo especial de revitalização	40

3.3.	Tramitação processual	43
3.3.1.	Requerimento de início do processo	43
3.3.2.	Eventual indeferimento liminar do requerimento	44
3.3.3.	Nomeação do administrador judicial provisório	45
3.3.4.	Apensação de outros processos	47
3.3.5.	Reclamação e impugnação de créditos	47
3.3.6.	Negociações entre a empresa e os credores	49
3.4.	Efeitos da nomeação do administrador judicial provisório	51
3.4.1.	Efeitos sobre a empresa	51
3.4.2.	Suspensão dos prazos de prescrição e de caducidade	52
3.4.3.	Efeitos sobre outros processos	52
3.4.4.	Efeitos sobre os fornecedores de serviços públicos essenciais	55
3.5.	Apresentação do plano de revitalização e eventual reacção dos credores	57
3.6.	Conclusão do processo de revitalização	58
3.6.1.	Conclusão do processo com aprovação do plano de revitalização	58
3.6.1.1.	A aprovação do plano de revitalização	58
3.6.1.2.	Decisão do juiz sobre a homologação do plano de revitalização ou sua recusa	59
3.6.2.	Conclusão do processo sem aprovação do plano de recuperação	66
3.6.2.1.	Generalidades	66
3.6.2.2.	Conclusão do processo quando o devedor não se encontra em situação de insolvência	67
3.6.2.3.	Conclusão do processo quando o devedor se encontra em situação de insolvência	67
3.7.	O caso especial de homologação de acordos extrajudiciais de recuperação do devedor	70
3.8.	Efeitos do plano de revitalização	71
3.9.	Subsistência dos negócios e garantias acordados, mesmo que se verifique a insolvência do devedor	73
3.10.	Incumprimento do plano de revitalização	73
3.11.	Articulação com outros processos	74
4.	O PROCESSO ESPECIAL PARA ACORDO DE PAGAMENTO	77
4.1.	Generalidades	77
4.2.	Pressupostos legais	78
4.3.	Tramitação processual	79
4.3.1.	Requerimento de início do processo	79
4.3.2.	Eventual indeferimento liminar do requerimento	79
4.3.3.	Nomeação do administrador judicial provisório	80
4.3.4.	Reclamação e impugnação de créditos	80

4.3.5.	Negociações entre o devedor e os credores	80
4.4.	Efeitos da nomeação do administrador judicial provisório	81
4.4.1.	Efeitos sobre o devedor	81
4.4.2.	Suspensão dos prazos de prescrição e de caducidade	82
4.4.3.	Efeitos sobre outros processos	83
4.4.4.	Efeitos sobre os fornecedores de serviços públicos essenciais	83
4.5.	Conclusão do processo especial para acordo de pagamento	84
4.5.1.	Conclusão das negociações com aprovação do acordo de pagamento	84
4.5.1.1.	A aprovação do acordo de pagamento	84
4.5.1.2.	Decisão do juiz sobre a homologação do acordo de pagamento ou sua recusa	86
4.5.2.	Conclusão das negociações sem aprovação do acordo de pagamento	88
4.5.2.1.	Generalidades	88
4.5.2.2.	Conclusão do processo quando o devedor não se encontra em situação de insolvência	89
4.5.2.3.	Conclusão do processo quando o devedor se encontra em situação de insolvência	89
4.6.	O caso especial de homologação de acordos extrajudiciais de recuperação do devedor	90
4.7.	Subsistência dos negócios e garantias acordados, mesmo que se verifique a insolvência do devedor	91
4.8.	Articulação com outros processos	92
5.	O PLANO DE INSOLVÊNCIA	95
5.1.	Generalidades	95
5.2.	Legitimidade para ser objecto do plano de insolvência	96
5.3.	Legitimidade para apresentar a proposta de plano de insolvência	97
5.4.	Conteúdo do plano de insolvência	98
5.5.	O caso especial do plano de insolvência relativo a sociedades comerciais	101
5.6.	Condições de eficácia do plano de insolvência	104
5.7.	Admissão do plano de insolvência	105
5.8.	Aprovação do plano de insolvência	106
5.9.	Homologação do plano de insolvência	107
5.10.	Efeitos da homologação do plano de insolvência	110
5.11.	A execução do plano de insolvência	111
5.12.	Incumprimento do plano de insolvência	114

6. O PLANO DE PAGAMENTOS	117
6.1. Generalidades	117
6.2. Pressupostos do plano de pagamentos	118
6.3. Apresentação do plano de pagamentos	119
6.4. Conteúdo do plano de pagamentos	120
6.5. Efeitos da apresentação do plano de pagamentos	121
6.6. Processamento do plano de pagamentos	122
6.7. Aprovação do plano de pagamentos	125
6.8. Termos subsequentes à aprovação	127
6.9. Consequências da não aprovação ou da revogação do plano de pagamentos	128
6.10. Consequências do decretamento da insolvência com aprovação do plano de pagamentos	128
6.11. Incumprimento do plano de pagamentos	129
6.12. Articulação com outros processos	130
7. A EXONERAÇÃO DO PASSIVO RESTANTE	133
7.1. Generalidades	133
7.2. Pressupostos da concessão da exoneração do passivo restante	134
7.3. Indeferimento liminar do pedido	137
7.4. O despacho inicial	141
7.5. A cessão do rendimento disponível do devedor	143
7.6. Situação jurídica do fiduciário	145
7.7. Situação jurídica do devedor	146
7.8. Situação jurídica dos credores	149
7.9. Cessação antecipada do procedimento de exoneração	150
7.10. Concessão da exoneração do passivo restante	152
7.11. Revogação da exoneração	153
7.12. Custas na exoneração do passivo restante	154
8. CONCLUSÃO	157